

## Spotlight, vazamentos seletivos e os dentes do cavalo

*\*Texto originalmente publicado no site do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS)*

A equipe de repórteres está empolgada com a comprovação de uma série de casos em que padres abusavam sexualmente de crianças e adolescentes. Quer publicar logo o que tem em mãos. O diretor de redação contém os ânimos: é preciso investigar mais. Não quer pegar apenas indivíduos do — no caso, literalmente — baixo clero, não quer denúncias que possam ser tratadas como acontecimentos isolados. Quer atacar “o sistema”.

A cena é uma das mais significativas de [Spotlight – segredos revelados](#), filme indicado ao Oscar que estreou no Brasil no dia 7 de janeiro e trata do empenho de um grupo de repórteres especiais do *Boston Globe* — o *Spotlight* — na apuração do maior escândalo da Igreja católica do século XX: a sucessão de casos de pedofilia, sistematicamente abafados, e que, uma vez trazidos à luz, numa série de reportagens publicada em 2002, resultaram no afastamento do arcebispo de Boston – embora não em sua punição, dada a solução de compromisso encontrada à época – e na proliferação de denúncias de ocorrências semelhantes outras cidades dos EUA e do mundo. O “sistema” havia sido exposto, de maneira contundente e incontestável.

Tal como o clássico *Todos os homens do presidente*, de 1976 — embora com diferenças significativas, como aponta o professor Gary Wills [neste artigo na New York Review of Books](#) —, o filme é um elogio do jornalismo, mas não foge das contradições próprias do exercício profissional. Mostra, no caso, a incapacidade de repórteres e editores de enxergar o alcance daquela história, pela sua própria condição de pessoas “nascidas e criadas” na cidade: afinal, as denúncias já tinham sido feitas anos antes, e mereceram apenas registros nas páginas do jornal. Foi preciso vir alguém de fora – o novo diretor de redação, um judeu sem qualquer vínculo com a comunidade local – para que a investigação ganhasse fôlego e alcançasse tamanho impacto. Um personagem que ajuda a demarcar a necessidade de independência da imprensa, especialmente na cena em que, numa conversa privada, ele recusa a parceria oferecida pelo arcebispo, dizendo que em jornalismo é melhor caminhar sozinho.

### Hoje, como ontem

Essa recuperação da fé no jornalismo, ainda mais nesses tempos de tamanha incerteza para a profissão, vem causando entre jornalistas brasileiros, sobretudo os mais velhos, um misto de orgulho, decepção e nostalgia, como indica o texto que o repórter Marcelo Auler [publicou em seu blog](#), ao recordar o início da investigação do caso Rubens Paiva, ainda no fim dos anos 1970. Inúmeras outras reportagens, antigas e recentes, poderiam ser citadas. Mas o filme, e em particular aquelas cenas sobre a necessidade de “pegar o sistema” e “caminhar sozinho”, deveriam servir para confrontar a prática sistemática de certo autoproclamado “jornalismo investigativo” no Brasil, que não passa de acolhimento automático e acrítico de denúncias bombásticas. E não, não tem nada a ver com a superficialidade ou a urgência dos tempos da internet.

“...ao publicar notícias que envolvem políticos e empreiteiras, a imprensa está caindo num ‘denuncismo’ frenético. Informações pouco confiáveis acabam indo parar nos jornais e

telejornais por conta desse comportamento irresponsável, que parece querer recuperar o tempo perdido. Denúncias contra quem quer que seja, mesmo que feitas por um (...) corrupto confesso, (...) são apresentadas como verdade verdadeira ao público. Essa é a imprensa que o leitor gostaria de ter?

A resposta é não. Como boa parte dos veículos não tem a saudável prática de corrigir notícias distorcidas que divulgou, o público fica exposto à desinformação e os personagens deste episódio, a injustiças que nunca serão reparadas. Como o escândalo tem ramificações complicadas, o noticiário se transforma numa selva de nomes, datas e relatos sem que o leitor encontre um guia para não se perder”.

O texto poderia se referir à cobertura da Operação Lava Jato, mas não. Foi escrito em 1993 pela então ombudsman da *Folha de S.Paulo*, Júnia Nogueira de Sá, que tratava de algo que “todo mundo” – menos o público... – sabia: um esquema de desvio de dinheiro público coordenado pelo funcionário José Carlos Alves dos Santos. Preso sob a acusação, posteriormente comprovada, de ter assassinado a mulher como “queima de arquivo”, ele acabou denunciando a história.

Por que, então, a imprensa não cumpriu o seu papel de informar o que “todo mundo” sabia? A pergunta ficou sem resposta, mas a ombudsman desmontou, com rara contundência, a imagem que os jornalistas costumam cultivar de si próprios – e a releitura de seu artigo tem a vantagem suplementar de refrescar a memória de quem gosta de pensar que a corrupção no Brasil começou agora:

“O que foi que faltou a repórteres e seus editores? Perseverança e faro jornalístico. É muito mais fácil cobrir um caso como este ouvindo depoimentos na CPI do que juntando papéis, entrevistas, rumores e indícios para transformá-los em fatos. É muito mais fácil encontrar um José Carlos Alves dos Santos que entregue de bandeja um esquema de corrupção do que escavá-lo nos subsolos do Congresso. Assim como foi muito mais fácil ter um Pedro Collor que desse forma final a tudo o que se conversava em rodinhas de jornalistas nas redações do país inteiro.

“Só para o leitor é surpresa que o dinheiro ilícito vem sendo ‘lavado’ nas loterias com o conivência de autoridades. Só para leitor é surpresa que cidades da Bahia têm dotações suficientes para crescer 30 vezes em tamanho, mas nunca receberam o dinheiro vivo. Só para leitor é surpresa que o Orçamento da União virou, desde a reforma constitucional de 1988, um balcão de favores com recursos oficiais. Só para o leitor a lista de envolvidos nesse escândalo, políticos e empreiteiras, tem nomes novos.

“É verdade que a imprensa saiu do Collorgate melhor do que entrou, pelo menos aos olhos de seu público. Mas o episódio tem particularidades que merecem ser lembradas. Primeiro, foi preciso que Pedro Collor enxovalhasse o irmão numa entrevista à *Veja* para que parte da imprensa resolvesse olhar melhor o arrivista instalado no Palácio do Planalto. Depois, foi preciso que as manifestações populares se tornassem ruidosas para o que o restante dessa mesma imprensa se convencesse de que seu papel era noticiar os fatos em vez de afrontá-los, e agisse no interesse de seus leitores e telespectadores”.

Também desde os anos 1990 o idealizador do *Observatório da Imprensa*, Alberto Dines, condenava o “jornalismo fiteiro”, que se valia de vazamentos de escutas telefônicas ilegais, e o “moralismo seletivo”

---

diante de determinadas denúncias. Os artigos publicados por ele e outros autores em torno desse tema, ao longo de vários anos, foram reunidos numa publicação organizada por Luiz Egypto, então editor do *Observatório*, que pode ser consultada [aqui](#).

### **Cavalo dado**

Como se vê, existe entre nós uma tradição de crítica de mídia, entretanto incapaz de alcançar boa parte do meio profissional, seja pela dificuldade de se enfrentar o espelho, seja pelos famosos interesses inconfessáveis que prevalecem no comando das grandes redações. Sem contar, claro, a imposição de um ritmo de trabalho que sufoca os repórteres, cobrados por uma urgência de que não podem nem devem dar conta – se pensarmos no tempo necessário para podermos enxergar a floresta e não, apenas, a profusão de árvores e seu emaranhado de galhos –, ainda mais nesses tempos de sucessivas demissões em massa.

Mas às vezes o senso comum profissional exagera.

Um experiente jornalista, atento e permanentemente indignado observador da mídia onde trabalhou durante décadas, estranhou [artigo recente de Helena Chagas](#) no *Fato on line*: ela endossava a crítica aos vazamentos seletivos da Operação Lava Jato – que “*colocam como iguais quem praticou crime, quem feriu a ética e quem é inocente*” – mas, ao mesmo tempo, enaltecia a “parceria entre autoridades de investigação e imprensa” que “tem contribuído para denunciar escândalos, botar gente na cadeia, expor atos de corrupção”. Lamentava apenas o risco de o remédio se tornar veneno, dependendo da dose. Pior: considerava natural a acolhida de trechos de delações premiadas, gravações de conversas, mensagens de celular ou partes de documentos oficiais, “muitas vezes sem contexto ou maiores explicações”, sob o singelo argumento de que “a cavalo dado não se olha os dentes”.

Ou seja: o cuidado elementar de todo jornalista, que é, antes de mais nada, verificar a quem interessa a informação que lhe cai no colo, confirmar sua veracidade e publicá-la – quando for o caso – em seu devido contexto, passou a ser algo perfeitamente dispensável.

E quem diz isso não é uma jornalista qualquer: é uma experiente colunista política que foi ministra-chefe da Secretaria de Comunicação da presidência da República no primeiro mandato de Dilma Rousseff. O que, subsidiariamente, há de dizer algo a respeito da competência do governo em escolher seus assessores.

### **“Usar a imprensa”**

Helena Chagas, assim, radicalizou na reiteração do senso comum dos jornalistas em relação a seu próprio trabalho – aquilo que certa vez chamei de “jornalismo de mãos limpas”, porque “lava as mãos” diante do que publica, atribuindo toda a responsabilidade às fontes. Se algum erro grosseiro ocorrer – como foi o caso de uma denúncia envolvendo um dos filhos do ex-presidente Lula, editada em manchete pelo *Globo*, que comentei [aqui](#) –, basta pedir desculpas, sem que se evidencie o escândalo da divulgação de uma informação falsa quando a verdadeira seria comprovável através da consulta ao que está escrito num documento. Se algum delator muda o seu depoimento, [como foi o caso recente do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró](#), ficamos por isso mesmo, confusos nessa “selva de nomes, datas e relatos”.

(A propósito, [a coluna da ombudsman da Folha de S.Paulo deste domingo](#), 17/1, refere-se a esse

episódio para assinalar “quão movediço é o terreno pré-delação”. Seu texto é uma crítica ao noticiário recente do jornal, que escancara o nome de políticos no título e esconde as ressalvas no pé do texto. A resposta do editor de política a essas observações é significativa: “O que ele [*um dos parlamentares presos, que negocia sua delação*] fala, mesmo sem termos muitos detalhes, me parece relevante”. E assim, apenas porque “parece”, justifica-se uma manchete sobre o que talvez diga uma fonte na delação que supostamente fará).

Este é apenas mais um aspecto dessa saudável “parceria” entre as instituições e o jornalismo, em que o Ministério Público passa uma acusação em primeira mão, o jornal publica e então já existe motivo para se abrir ou ampliar uma investigação. Todos ficam felizes: a imprensa, porque se abastece de notícias, e os procuradores, que se enchem de casos.

É talvez por isso, porque não olhamos os dentes do cavalo nem nos preocupamos com o contexto, que tenha soado tão natural a declaração do juiz Sergio Moro sobre a necessidade de “usar a imprensa” em sua cruzada pela moralidade pública.

Rara voz à contracorrente, Janio de Freitas notou o absurdo e, com a sua habitual ironia, [dedicou ao juiz um parágrafo de seu primeiro artigo do ano](#):

“Ao juiz Sergio Moro, os votos de que reflita sobre uma atividade que ele designa com a abominável expressão ‘usar a imprensa’. Notícias deliberadamente inverdadeiras ou imprecisas são violações da ética, tanto a pessoal como a profissional, sejam quais forem as pessoas e as profissões. Se essa prática é criticada na imprensa, não será na magistratura e no Ministério Público que se tornará legítima”.

Deveria ser óbvio, mas, num ambiente dominado pela submissão, dizer o óbvio soa como um ato de rebeldia.

*\*\*Agradeço aos jornalistas Marcos de Vasconcellos e Gustavo Kaye pelo diálogo fundamental para a elaboração deste artigo.*

**Date Created**

18/01/2016